



ATENDIMENTO A VÍTIMAS DA DELEGACIA DA MULHER DE CASCAVEL-PR

Fernanda LARA DOS SANTOS – Centro Universitário Assis Gurgacz¹

Maria Fernanda DANTAS MUNARETTO – Centro Universitário Assis Gurgacz²

Diocleide SILVA – Centro Universitário Assis Gurgacz³

RESUMO: Este artigo propõe relatar a experiência do estágio obrigatório de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz, realizado na Delegacia da Mulher de Cascavel-PR. Desse modo, procura demonstrar os tipos de violência sofridas pelas mulheres, tratar problemáticas deste fenômeno e evidenciar de que forma a vítima pode ser auxiliada através do atendimento psicológico, bem como afirmar as técnicas utilizadas e o contexto a ser trabalhado. Os atendimentos são realizados por duas acadêmicas – uma denominada terapeuta e outra, co-terapeuta e, apesar da maioria dos atendimentos serem com mulheres vítimas de violência doméstica, percebe-se um aumento das vítimas adolescentes e crianças abusadas sexualmente. O atendimento psicológico é gratuito e tem como objetivo auxiliar e promover a qualidade de vida e saúde da vítima mulher, de forma a promover uma reflexão sobre o contexto em que ela está inserida. Como técnica primordial do atendimento, utiliza-se a psicoterapia breve, que sugere atendimentos de aproximadamente 45 minutos e de seis a doze sessões por vítima.

PALAVRAS-CHAVE: violência contra a mulher; plantão psicológico; psicoterapia breve; psicologia.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como intuito proporcionar reflexão sobre o estágio obrigatório do curso de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz. O estágio ocorre no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente – NUCRIA da cidade de Cascavel-

¹ Aluna do curso de graduação em Psicologia, Centro Universitário Assis Gurgacz. 9º período. E-mail: fer2laradossantos@gmail.com.

² Aluna do curso de graduação em Psicologia, Centro Universitário Assis Gurgacz. 9º período. E-mail: mfdmunaretto@gmail.com.

³ Mestre em Psicologia Social pela UFPB. Psicóloga Clínica. Professora do Curso de Psicologia da FAG. E-mail: diocleidepsi@gmail.com

PR e tem por objetivo atender e auxiliar as vítimas de violência, sejam elas físicas, verbais, patrimoniais, psicológicas, entre outras.

O atendimento é exclusivo à mulher e pretende trabalhar questões como empoderamento, autonomia e autoestima. O atendimento é semanal e possui duração de 45 minutos. Por se tratar de um atendimento a partir da psicoterapia breve, cada vítima possui em torno de 6 a 12 sessões de atendimento.

Desde quando houve o início dos atendimentos voluntários na delegacia, foram atendidas aproximadamente 180 mulheres. Atualmente o atendimento conta com duas estagiárias no período da manhã e quatro estagiárias no período da tarde, todas as segundas-feiras.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA INTRODUÇÃO

A violência de gênero (VG) ou, até mesmo, a violência contra a mulher (VCM) é constituído por quaisquer ações baseadas na violência que sejam feitas com base ao gênero, que ocasione ou tenha a possibilidade de ocasionar danos sexuais, físicos, psicológicos, sexuais ou qualquer tipo de sofrimento. Sua fonte consiste em fatores culturais, sociais, políticos, econômicos e biológicos (SILVA & OLIVEIRA, 2015).

Entende-se que a violência contra a mulher a partir de companheiros e ex-maridos agravou-se principalmente a partir dos anos 70. Sendo assim, houveram diversas mulheres ativistas que foram às ruas à procura de combate à violência contra a mulher. Um caso que deve ser lembrado é o caso Doca Street, datado de 1976, no qual Raul Fernando Street – comumente chamado de Doca Street – assassinou Ângela Diniz, com quem se relacionava há algum tempo. Com a pressão do machismo sob a lei da época, o réu foi inocentado com a justificativa de que havia cometido o crime por uma traição de Ângela. A partir da revolta da população, felizmente o réu, em outra instância, acabou sendo condenado por homicídio (BANDEIRA, 2014).

A violência de gênero ocorre pela supremacia do masculino e pela subordinação feminina nas relações sociais, com base na hierarquia de gênero (RODRIGUES et.al, 2016).

De 1970 até atualmente, as mortes e violências em geral com as mulheres continuam ocorrendo e aumentando. As razões das ocorrências justificam-se como as mesmas: não cumprimento do papel materno, menos cuidado com a casa, atenção focada no trabalho ou estudo, entre outros. Por isto, percebe-se que o machismo ainda é muito operante e exacerbadamente comum na sociedade (BANDEIRA, 2014).

TIPOS DE VIOLÊNCIA

Os tipos de violência contra a mulher podem ser diversos. Comumente, a maioria da população considera somente a existência da agressão física. Podemos dividir os tipos de violência em três categorias: 1) violência intrafamiliar; 2) violência doméstica e 3) violência no trabalho. A primeira caracteriza-se pelo surgimento da violência realizada pelos membros da família. A segunda, violência doméstica, ocorre dentro do lar da vítima e geralmente por pessoas próximas. A última, como o próprio nome faz referência, diz respeito a violências que ocorrem dentro do trabalho. O que pode mudar de acordo com as violências são os tipos de agressão, podendo ser 1) agressões físicas; 2) psicológicas; 3) sexuais; 4) patrimoniais; 5) morais (CASIQUE & FUREGATO, 2006).

A violência pode ser entendida como um exagero da ação, ou seja, o indivíduo violentado só a percebe por ter sentido que a violência excedeu os limites culturais, históricos ou sociais. Neste contexto, pode-se perceber um indivíduo dotado de poder e outro como subordinado (GUIMARÃES & PEDROZA, 2015).

As formas mais corriqueiras de violência, principalmente contra a mulher caracterizam-se em abuso e relações sexuais forçadas. Geralmente o primeiro vem acompanhado do segundo, juntamente com o abuso de cunho psicológico, no qual a



pessoa violentada recebe ameaças de todos os tipos e é privada de sair, de ter amizades, de frequentar o trabalho, entre outros (CASIQUE & FUREGATO, 2006).

A psicanálise, baseada nos escritos de Freud, pode auxiliar na explicação da violência aos relatos de pulsões. Para o autor, existem duas pulsões que desencadeiam nossa vida e ações. São elas: 1) pulsão de vida e 2) pulsão de morte. A primeira pretende preservar a vida, ou seja, manter o indivíduo em vida, sendo a partir do suprimento de necessidades básicas, como dormir, alimentar-se e manter relações sexuais. A segunda procura ser a parte do indivíduo na qual representa a degradação e a agressividade. Freud alerta que, apesar de demasiadamente distintas, as duas pulsões são igualmente necessárias e trabalham numa questão de dependência mútua (FREUD, 1933).

É importante ressaltar que a maioria das violências cometidas não são reportadas. A pessoa sofredora das agressões, na maioria das vezes, acredita que o ato não é grave o suficiente para chamar a atenção de órgãos públicos, assim como possui a crença de que não será ouvida ou nada será feito. Ainda existe uma terceira possibilidade, mais comumente vista em mulheres, na qual acredita-se que existe a necessidade de manter-se na relação abusiva por necessidades terceiras, tais como 1) manter o casamento; 2) não ter condições financeiras para manter-se sozinha; 3) saúde psicológica dos filhos, entre outros (CASIQUE & FUREGATO, 2006).

Não é fácil falar de violência, visto que é um acontecimento que envolve vários aspectos; dentre eles, sociais, econômicos, políticos e históricos, assim como a individualidade do indivíduo e a estrutura familiar (FARINHA et.al, 2016).

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA ATUALIDADE BRASILEIRA E CASCATELENSE

Durante o ano de 2018, justamente o ano no qual a Lei Maria da Penha completa 12 anos de existência, mais de 73 mil denúncias de violência contra a mulher foram realizadas. O número é muito maior do que o que se tem registro de 2006, totalizado

em 12 mil denúncias. As principais razões são violências físicas e psicológicas, sexual e moral (BRITO, 2018).

Os índices de violência sexual são grandes: 1 estupro a cada 11 minutos (dados de 2015). Acredita-se que as estimativas sejam ainda maiores, pois muitas mulheres deixam de denunciar as violências que sofrem. A partir de estimativas apresentadas, afere-se que podem existir quase meio milhão de estupros por ano. O crime ocorre principalmente a crianças e adolescentes. Outras violências como a doméstica também têm tendência ao crescimento, visto que a cada 7,2 segundos uma mulher sofre desta violência (SOARES, 2017).

Comparando dentre os Estados do Brasil, pode-se compreender que o Paraná é o terceiro Estado no qual mais ocorre violência contra a mulher. Em 2010, houveram 388 homicídios registrados, com estimativas de 6,3 assassinadas a cada 100 mil mulheres. O Paraná perde apenas para o Espírito Santo (9,4 casos a cada 100 mil mulheres) e Alagoas (8,3 casos a cada 100 mil mulheres) (ANNIBAL, 2012).

No município de Cascavel, somente no primeiro semestre de 2018 houveram 918 registros e 392 medidas protetivas expedidas para a mulher, em contrapartida com 2017, no qual houveram 2077 registros e 600 medidas protetivas. Acredita-se que as mulheres estão perdendo o medo de denunciar e deixando de alienarem-se pelas ideias de que o companheiro não cometerá o ato novamente, ou até mesmo que irá mudar (BRASIL, 2018).

FEMINICÍDIO

O feminicídio compreende o homicídio violento no qual a vítima é do sexo feminino, ocorrido justamente pela sua condição de gênero (GOMES, 2018).

Geralmente, o feminicídio ocorre por pessoas próximas à vítima, principalmente ex-companheiros:

O assassinato de mulheres é habitual no regime patriarcal, no qual elas estão submetidas ao controle dos homens, quer sejam maridos, familiares ou desconhecidos. As causas destes crimes não se devem



a condições patológicas dos ofensores, mas ao desejo de posse das mulheres, em muitas situações culpabilizadas por não cumprirem os papéis de gênero designados pela cultura (MENEHEL & PORTELA, 2017).

Entende-se que a maioria dos feminicídios ocorrem por homens os quais tiveram um relacionamento com a vítima, ou até mesmo algumas relações sexuais. A exploração sexual e o tráfico de drogas também são comuns aos casos de morte de mulheres (GOMES, 2018).

O contexto do feminicídio pode ser visto como:

Os contextos socioeconômicos, políticos e culturais nos que se produzem ou propiciam relações de poder entre homens e mulheres particularmente desiguais e que geram dinâmicas de controle, violência contra as mulheres e feminicídios que adotam ou incluem características próprias (GOMES, 2018 *apud* CARCEDO, 2010).

PLANTÃO PSICOLÓGICO

Falar de violência é uma tarefa complicada, já que aborda de um fenômeno complexo que retrata tanto no nível macro da realidade, contornando aspectos sociais, políticos, econômicos e históricos, como no nível micro, referente à individualidade e à dinâmica das famílias. Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2012), a violência é qualquer ação que envolve o uso proposital de força física ou de poder, sendo real ou ameaça, contra si ou contra uma outra pessoa. Pode ser voltada a um indivíduo, um grupo ou até mesmo a uma comunidade e pode causar lesão, morte, e dano psicológico (Brasil, 2006).

Vista na atualidade como um problema de saúde pública, a violência pode ser considerada como atitude de comunicação e de relação entre os indivíduos, ocorrendo na presença de prepotência, intimidação, discriminação, raiva ou vingança (Minayo, 2006).

O Plantão Psicológico tem o propósito ser um atendimento breve, que atenda o indivíduo no momento em que está precisando. O atendimento no Plantão é fundamentado no aconselhamento psicológico centrado na pessoa. O desafio do



plantonista é o de escutar, apoiar, e escoltar o indivíduo. Sustentado pela crença na tendência ao desenvolvimento dos potenciais inerentes à existência humana, o trabalho do platonista é o de estimular esta tendência, amparar o indivíduo a achar uma direção para seu sofrimento, dentro da sua própria vivência. (Mahfoud 2004).

PSICOTERAPIA BREVE

A psicoterapia ou técnica breve nasceu como uma base para a solução de problemas de saúde mental dos indivíduos. Antes dessa técnica breve, os meios psicoterapêuticos demonstrado à sociedade não eram muito abordáveis por vários motivos, através delas, encontravam-se a falta de profissionais para produzir os atendimentos e o alto custo das consultas, assim as pessoas de poucos recursos financeiros poderiam ter acesso ao serviço (SANTEIRO, 2008).

No início dos atendimentos feitos por Sigmund Freud foram atendimentos breves. O iniciador da psicanálise estava inicialmente dedicado em encontrar melhorias rápidas e dirigidas a solução de determinados conflitos e sintomas (YOSHIDA, 1990; BRAIER, 2008).

Com o passar do tempo, vieram outras publicações e, estas eram as novas adequações à técnica breve. As pesquisas de Ferenczi e Rank, por exemplo, abordavam um caráter menos ortodoxo. Eles passaram a diminuir o tempo da cura psicanalítica a partir do método ativo, onde a “cura” do adoecimento mental era aceitável quando o paciente percebia que a origem de suas neuroses estava associada ao processo de gestação (GILLIÉRON, 2004).

A psicoterapia breve pode acontecer em algumas sessões, ou em alguns meses, pode ser psicanalítica, egóica, psicodramática, comportamental-cognitiva, pode ser feita em caráter individual, casal, grupal, dinâmica, familiar, podendo ocorrer em hospitais, consultórios, instituições diversas, pode ser destinada a adultos, crianças e idosos, por exemplo (GILLIÉRON, 1986).



ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO

Antes do ano de 1940, o aconselhamento psicológico era usado como uma técnica de orientação direta que tinha na figura do conselheiro o condutor do processo de apoio e mais voltado para os campos educacional e organizacional, com grande influência da teoria traço e fator. O aconselhamento passou por uma grande alteração com a disseminação das ideias de Carl Rogers na década de 1940, foi considerada uma prática que está mais perto da psicoterapia (Forghieri, 2007).

A prática do aconselhamento esteve tradicionalmente ligada a várias probabilidades de atuação, como provimento de informações, direcionamento, orientação, encorajamento e interpretação. Essa pode ser constatada no modo como são relacionados os profissionais que atuam nessa área: psicólogos, terapeutas, conselheiros, aconselhadores, orientadores, profissionais de saúde, entre outros (Corey, 1983; Schmidt, 2012).

Há muitas formas de determinar o aconselhamento psicológico, desde a adoção de referenciais generalistas que focalizam na explicitação do processo de aconselhamento sem citação direta a abordagens psicológicas, até mesmo de posicionamentos que partem somente de uma dada abordagem teórica para explicitar o que se concebe como aconselhamento psicológico. Trata-se de uma experiência que dirige a ajudar as pessoas a tomarem decisões, lidar com a rotina de pressões e crescer, com o fim de adquirir uma autoconfiança positiva. Pode ser considerada uma relação de ajuda que envolve alguém que busca auxílio, alguém disposto a ajudar e que esteja apto para esse serviço, em uma situação que possibilite dar e receber apoio (Hackney e Nye, 1977).

Outra descrição é de uma "relação face a face entre duas pessoas, na qual uma delas é ajudada a determinar obstáculos de ordem profissional, educacional, vital e utilizar melhor os seus recursos pessoais" (Scheeffler, 1980, p. 14).



DELEGACIA DA MULHER

No ano de 1985 na cidade de São Paulo, surgiu a primeira delegacia da Mulher, DEAMs, compondo a estrutura da polícia civil. Os seus membros eram basicamente mulheres. Tais órgãos passaram a ter suas ações dirigidas para a prevenção e investigação nos casos que envolvessem mulheres que, de algum jeito, foram vítimas de violência proveniente da relação de casal, em seu sentido mais amplo. O intuito era acatar de forma mais humanizada as vítimas que sofreram agressões físicas e sexuais de desconhecidos, mas os atendimentos na grande maioria das vezes, eram mulheres agredidas pelos seus próprios parceiros (BREder, 2018).

A Delegacia da Mulher é um setor qualificado do serviço da Polícia Civil de cada Estado e é, tipicamente, polícia judiciária, o que equivale a dizer que ela atua como correia de transmissão entre os serviços de polícia e o sistema judiciário. A sua maior finalidade é, a instrução dos inquéritos policiais que levarão ao judiciário as queixas-crimes para julgamento (RIFIOTIS, 2004).

A lei Maria da Penha em seu art. 8º, IV, presume “a implementação de atendimento policial habilitado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher”. O intuito das DEAM não é a de castigar os agressores, mas é para dar apoio as vítimas, esclarecendo e protegendo seus direitos, estimulando as denúncias das agressões, além de realizar estudos para identificar o perfil dos ofensores (BREder, 2018).

COMO FUNCIONA O ATENDIMENTO?

A mulher vítima de violência pode vir ao atendimento encaminhada pelos próprios funcionários da delegacia, visto que perceberam a demanda através da escuta, ou podem chegar até o NUCRIA por meio da busca ativa, realizada pelas estagiárias de Psicologia todas as segundas-feiras no período integral. As acadêmicas vão até a Delegacia da Mulher e convidam as vítimas que estão esperando para realização de escuta a conhecer e fazer parte do atendimento

psicológico. Se aceitarem, as acadêmicas anotam o número da vítima e ligam marcando o melhor horário para o atendimento. Muitas das vezes a vítima não aceita participar do atendimento, visto que ainda está fragilizada e a situação é muito recente. Entretanto, já ocorreram situações nas quais a vítima volta atrás e procura o atendimento psicológico posteriormente.

O atendimento enquanto entrevista propõe como passo inicial a utilização da escuta psicológica. Esta é utilizada para que o paciente se sinta mais tranquilizado, principalmente em casos onde as vítimas são mulheres e crianças (VIZZOTO et.al, 2012).

Durante o primeiro atendimento são realizadas escutas qualificadas e um acolhimento da vítima. Neste momento é importante que a vítima se sinta amparada pelas acadêmicas e que haja criação de vínculo. Ao decorrer dos atendimentos, outros assuntos passam a ser trabalhados, como empoderamento, autonomia e autoestima. A vítima de violência chega à delegacia ainda muito conectada ao agressor. Faz parte do trabalho das acadêmicas empoderar a mulher para que se sinta livre para segregar-se daquilo que lhe faz mal.

O atendimento com a vítima mulher deve ser cuidadoso, de forma a procurar acalmar a vítima no sentido de que seja claro para elas a disposição para ajudá-las. Não se deve realizar questionamentos que ampliem a raiva da vítima com o agressor. Da mesma maneira, não se deve rechaçar o agressor, mesmo que exista uma relação de violência com a vítima. Tais atos podem aumentar a raiva da mulher com seu agressor e levar a atos drásticos (VIZZOTO, 2012).

Nas delegacias da mulher o atendimento psicológico às vítimas é de extrema importância, visto que procura acolher e orientar a vítima, a partir do pressuposto de que elas sentem sentimentos ambíguos pelos agressores – apesar das violências, amam o parceiro e este faz parecer com que as agressões são por afeto. Na grande maioria das vezes, percebe-se que a denúncia é utilizada como forma de fazer com que o agressor pare com a violência. Entretanto, geralmente não é usada como motivo para separação de casamento, caso o agressor seja o marido. O desabafo é

o principal motivo pelo qual as mulheres procuram o atendimento, para que sejam escutadas sem nenhum tipo de julgamento por parte do ouvinte. A partir disso, a vítima é convidada a refletir sobre as circunstâncias em que está inserida, e às vezes é levada a realizar um Boletim de Ocorrência por motivos de segurança.

Trabalhado o empoderamento e autonomia, faz-se necessário trabalhar também a autoestima. Muitas das mulheres deixam de se cuidar e não se sentem mulheres frente à agressividade da qual faziam ou ainda fazem parte. Nesse sentido, trabalhar o papel da mulher é muito importante e, principalmente a autoestima, para que volte a ser a mesma de antes. Nos últimos atendimentos percebemos mulheres vindo ao NUCRIA empoderadas de si, usando maquiagem, de cabelos pintados, mudando o estilo da roupa, entre outros. Nesta etapa dos atendimentos, percebe-se que realmente houve mudança no contexto da vítima.

Dentre os recursos utilizados nos atendimentos denota principalmente a amostragem do ciclo da violência à vítima. Este ciclo dispõe de três fases: aumento de tensão, ataque violento e fase lua de mel. Na primeira fase percebe-se uma sensação de perigo iminente, na qual se acumulam as tensões, injúrias e ameaças do agressor. Na segunda fase, ataque violento, a vítima sofre de ataques físicos e psicológicos, com tendência a serem cada vez mais comuns e mais intensos. A terceira fase, denominada lua de mel, é a fase na qual a vítima acredita que o agressor tenha mudado e não partirá mais para agressões, visto que recebe a vítima com carinho e atenção e, principalmente, desculpando-se pelas agressões anteriores. Este ciclo geralmente ocorre inúmeras vezes até que a vítima decida denunciar o agressor. Por este motivo, chega ao atendimento muito fragilizada.

PROGNÓSTICO DA VÍTIMA

Espera-se que, ao final das sessões de psicoterapia breve, a vítima possa sentir-se novamente dona de si e totalmente desconectada do agressor. Da mesma forma, expecta-se que esteja a par do ciclo da violência, de forma a não deixar que

ocorra novamente. Entende-se também que a autoestima foi reerguida e almeja-se que a vítima se sinta reintegrada à sociedade como mulher empoderada.

A partir das ideias sobre prognóstico, não pode ser deixado de lado um caso atendido ao final do ano passado, no qual a vítima, totalmente liberta e autônoma, largou de seu marido – o agressor, vendeu a casa na qual os dois viviam e mudou-se para uma cidade distante sem olhar para trás. Esta é a ideia que as acadêmicas propõem passar para a vítima, de forma que estas entendam que são capazes de viverem sozinhas e darem conta de suas vidas sem o agressor ao lado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho voluntário no NUCRIA à mulheres vítimas de violência, além de muito enriquecedor, traz um entendimento muito valioso. Entende-se o principal motivo de manter o relacionamento com o agressor (e também se percebe que, na maioria dos casos, o motivo é o mesmo para quase todas as vítimas) e como encerrar este ciclo violento.

É engrandecedor compreender que com pequenas intervenções podemos mudar muito a vida de uma mulher. E que, inclusive, o empoderamento da vítima pode ser tão grande a ponto de ela empoderar outras mulheres, criando um ciclo de sororidade e empatia feminina.

A violência contra a mulher não é um fato atual. Contudo, configura-se como um dos mais graves problemas a serem enfrentados, sendo um dos maiores desafios sociais dos últimos tempos. Logo, ao entendermos a violência como uma violação de direitos humanos, é possível se atentar ao quanto um ato de violência se estrutura pela negação da dignidade do outro, ao mesmo tempo que pela anulação da própria dignidade daquele que atua pela violência. Pudemos notar que a Lei Maria da Penha foi criada para proteger a mulher contra a violência doméstica e punir quem a pratica.



O estágio na delegacia da mulher é de extrema importância para podermos entender e compreender o sofrimento que essas mulheres passam diariamente, podendo dar a elas, apoio e acolhimento nas sessões realizadas semanalmente nos atendimentos psicológicos. Os atendimentos psicológicos tinham como objetivo ouvir as mulheres que foram agredidas ou que sofreram algum tipo de violência, oferecer um conforto, passar informações sobre os tipos de violência, restabelecer o equilíbrio psicológico do indivíduo, reforçar os aspectos sadios da pessoa, trabalhando a auto estima da mulher, e buscar conhecer as dificuldades enfrentadas pelo paciente.

REFERÊNCIAS

ANNIBAL, Felipe. **Paraná é o terceiro estado no ranking da violência contra a mulher.** Gazeta do Povo, 2018. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-e-o-terceiro-estado-no-ranking-da-violencia-contra-a-mulher-1ykhg6lkzuahaunmr2rto9yku/>>.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** Soc. estado., Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Aug. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso>.

BRASIL, Jus. Lei Maria da Penha – **Lei 11340/06.** Crime Contra a Mulher. Jus Brasil, 2006.

_____. **Cascavel tem quase mil casos de violência contra a mulher.** Portal da Cidade, 2018.

BRITO, Débora. **Denúncias de violência contra a mulher chegam a 73 mil em 2018.** Bem Paraná, 2018. Disponível em <<https://www.bemparana.com.br/noticia/denuncias-de-violencia-contra-a-mulher-chegam-a-73-mil-em-2018>>.



CASIQUE, Leticia; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 14, n. 6, p. 950-956, Dec. 2006.

FARINHA, Marciana Gonçalves; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. Plantão psicológico na delegacia da mulher: experiência de atendimento sócio-clínico. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 17, n. 1, p. 65-79, 2016 .

GILLIÉRON, Edmond. **Introdução às psicoterapias breves**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOMES, Izabel Solyszko. Feminicídios: um longo debate. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 26, n. 2, e39651, 2018.

GUIMARAES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PROBLEMATIZANDO DEFINIÇÕES TEÓRICAS, FILOSÓFICAS E JURÍDICAS**. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 27, n. 2, p. 256-266, Aug. 2015.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários**. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 22, n. 9, p. 3077-3086, Sept. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Fiocruz: 2006. Disponível in < <http://books.scielo.org/id/y9sxc>>.

RIFIOTIS, Theophilos. **As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a «judicialização» dos conflitos conjugais**. *Soc. estado.*, Brasília , v. 19, n. 1, p. 85-119, June 2004.

SANTEIRO, T. V. **Psicoterapia breve psicodinâmica preventiva: pesquisa exploratória de resultados e acompanhamento**. *Psicologia em Estudo*, v. 13, n. 4, p. 761-770. Out./dez. 2008.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Aconselhamento psicológico: práticas e pesquisas nos contextos nacional e internacional**. *Rev. Subj.*, Fortaleza , v. 15, n. 1, p. 130-141, abr. 2015.



SIGMUND, Freud. **Porque a guerra?** Rio de Janeiro: Imago, vol.22, 1933.

SILVA, Lídia Ester Lopes da; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de. **Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 20, n. 11, p. 3523-3532, Nov. 2015.

SOARES, Nana. **Em números: A violência contra a mulher brasileira.** E-mais, 2017. Disponível em < <https://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contr-a-mulher-brasileira/>>.

VIZZOTTO, Marília M. et al . **Os atendimentos em delegacias da mulher e as técnicas de intervenção utilizadas com crianças e adultos.** Psicol inf., São Paulo, v. 16, n. 16, p. 191-197, dez. 2012.